



TEMPO E HISTÓRIA: revisitando uma discussão conceitual

Dr. José D'Assunção Barros

jose.assun@globocom.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ

Recebido em: 06/02/11 – Aprovado em 08/07/11 – Publicado em 13/07/11

RESUMO

Busca-se examinar a relação entre Tempo e História, particularmente atentando para os principais conceitos referidos a esta relação: temporalidade, duração, evento, processo e outros. Em um segundo momento, desenvolve-se um contraste entre o conceito aristotélico e o conceito agostiniano de tempo, de modo a preparar as outras duas discussões do artigo: a relação entre 'tempo da ação' e 'tempo da narrativa' na construção da História, de acordo com Paul Ricoeur, e as relações entre Futuro e Passado na constituição do Presente, de acordo com as contribuições de Koselleck.

Palavras-chave: Tempo; Narrativa; História.

ABSTRACT

This article aims to examine the relation between Time and History, attempting in particular to the mainly concepts referred to this relation: Temporality, duration, event, process, and others. In a second moment, it's developed a contrast between the Aristotelian concept and the Augustinian concept of time, in order to prepare the two other discussions of the article: the relation between 'action time' and 'narrative time' in the construction of History, according Paul Ricoeur, and the relations between Future and Past in the constitution of Present, according the contributions of Koselleck.

Key Words: Time, Narrative; History.

TEMPO E HISTÓRIA – revisitando uma discussão conceitual

O sistema conceitual relacionado ao tempo

Propor definições de Tempo é adentrar um riquíssimo debate que tem envolvido filósofos, cientistas, antropólogos, historiadores e pensadores os mais diversos. Da possibilidade de se pensar um Tempo Absoluto às concepções revolucionárias propostas pela *Teoria da Relatividade* de Einstein, que abala definitivamente a já tradicional idéia de um tempo absoluto e independente, mas também pela concepção da Física Quântica, que aprende a enxergar a sucessão em simultaneidade, os debates são intermináveis. Definir Tempo, ou ao menos compreender em alguma perspectiva o que é o tempo, é certamente uma dificuldade e um desafio. Inicialmente, será mais fácil nos aproximarmos deste conceito através de algumas noções correlatas: *temporalidade*, *duração*, *processo*, *evento*, *continuidade*, *ruptura*. Estas várias noções, depois de uma abordagem inicial no plano filosófico, serão examinadas do ponto de vista de suas relações com a História, campo de estudos que nos ocupará neste artigo.

A primeira noção ligada a Tempo, e que é particularmente importante para a História, é a de *temporalidade*. Heidegger, que tomou o Tempo como um de seus principais objetos de reflexão, percorre este caminho na conferência de 1930 intitulada *O Conceito de Tempo*. Ao delinear a noção de “temporalidade”, ressalta que esta se refere mais intrinsecamente ao mundo humano. É também o que faz Comte-Sponville em seu estudo sobre *O Ser-Tempo* (2000), no qual se define a “temporalidade” como a “unidade – na consciência, por ela, para ela – do passado, do presente e do futuro (2000, p.31). A temporalidade, portanto, é idéia que apenas

adquire sentido através da percepção humana, e pouco ou nada tem a ver com o tempo físico da Natureza, assim como também são produtos da vivência e percepção humana estas mesmas dimensões que a temporalidade abarca e define: o Passado, o Presente e o Futuro.

“Temporalidade”, então, será o primeiro conceito importante para a reflexão historiográfica no que concerne às relações entre Tempo e História. Entramos no âmbito conceitual da “temporalidade”, e abandonamos o sempre vasto e enigmático universo das polêmicas sobre o Tempo, quando começamos a examinar as instâncias humanas, psicológicas e políticas que foram ou são agregadas às sensações e percepções que se dão em torno da passagem do tempo, ou ainda em torno das alteridades geradas pela comparação entre períodos distintos da história humana ou mesmo da vida individual. Assim, por exemplo, quando os historiadores começam a singularizar e a partilhar o devir histórico em unidades compreensíveis – como a Antiguidade, a Medievalidade, Modernidade, a Contemporaneidade – estaremos já falando em temporalidades históricas (temos aqui algo similar ao que se dá com o Espaço, sobre o qual o pensamento histórico ou geográfico pode pensar unidades de compreensão como a América, a Ásia, a África, mas também as espacialidades regionais, as espacialidades climático-naturais, ou mesmo espacialidades culturais mais amplas que corresponderão a civilizações).

“Temporalizar” (estabelecer temporalidades) é de certa maneira territorializar o tempo, tomar posse do devir aparentemente indiferenciado, percebê-lo simbolicamente – operacionalizá-lo, enfim. O que nos importa neste momento é a compreensão de que, mesmo no interior de uma única sociedade sujeita ao devir histórico, os modos de perceber a *relação* entre Passado, Presente e Futuro diversificam-se, e é este um dos objetos de estudo de Reinhart Koselleck (1923-

2006) em *Futuro-Passado*, uma obra de 1979 na qual, em um de seus ensaios, o historiador alemão procura examinar como diferentes sociedades perceberam de modos distintos a relação entre o “campo da experiência” (o Passado) e o “horizonte de espera” (o Futuro). A estes aspectos voltaremos oportunamente.

Outra noção importante com a qual precisaremos lidar é a de “duração”, conceito que foi filosoficamente elaborado por Henri Bergson (1987, p.7-23) e que seria logo apropriado de maneira muito específica pela historiografia moderna, a exemplo da obra de Fernando Braudel sobre *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (1949). Deve-se ressaltar que a ‘duração’ refere-se ao ritmo, ao modo e à velocidade como se dá uma transformação no tempo. O conceito de ‘duração’ – e as concomitantes sensações de variação na velocidade do tempo, independentemente da passagem do tempo cronológico (o tempo do relógio e do calendário) – remete de certo modo ao que classificaremos mais adiante como um “tempo interno” (um tempo que é sentido ou percebido subjetivamente pelo ser humano, e não meramente um tempo cronométrico). A sensação de variações na “velocidade do tempo” dá-se na verdade em função do ritmo menos ou mais acelerado nas mudanças que se tornam perceptíveis ou sentidas pelos homens, nos estados diferentes que se sucedem, ou mesmo em relação à quantidade perceptível de acontecimentos que introduzem alguma novidade ou significação diferente a uma experiência humana, seja ela individual ou coletiva. A noção de “duração”, desta maneira, faz-se acompanhar pela sensação de “mudança” (ou, do seu oposto, a “permanência”): uma longa duração corresponderia àquilo que muda muito lentamente (ou cuja mutação é percebida como muito lenta), e uma curta duração corresponderia ao ritmo rápido dos estados que se transformam mais ou menos rapidamente, mas também à sucessão de acontecimentos que se sucedem um ao

outro impondo àqueles que os percebem a sensação de mudança incessante e continuada (ao invés da sensação de “permanência”, que aliás vem a ser outro importante conceito para a historiografia).

Por outro lado, devemos também ter em vista, sobretudo no que diz respeito às análises historiográficas como as de Fernando Braudel, que a realidade social e humana é muito complexa, envolvendo inúmeros processos que podem remeter à percepção de “durações diferentes”. Dito de outra forma, com relação aos diversos processos que se entrelaçam na História, o tempo pode avançar em velocidades diferentes, produzindo “durações” diferenciadas para distintos aspectos da realidade histórica. É esta complexidade o que levou o historiador Krysztof Pomian, em seu livro *A Ordem do Tempo*, a propor a imagem de que o tempo histórico é uma “arquitetura”, e não uma “dimensão” (1990, p.326).

Apresenta-se como território para diversificadas polêmicas entre historiadores e filósofos a questão de saber como se daria este jogo de durações múltiplas, ou como se organizaria esta arquitetura de durações. Haverá alguma lógica imanente à dialética das durações históricas, ou algum padrão mais organizado na complexa arquitetura de durações gerada pelos acontecimentos, estruturas e processos históricos? Isto é, existirá um certo padrão de regularidades que permita pensar agrupadamente certos tipos de eventos ou de processos que estejam sujeitos à mesma tendência de velocidade do tempo, por oposição a eventos e processos de outros tipos, que já estariam sujeitos a outras tendências de velocidade do tempo? Colocando em termos mais práticos, será possível dizer que o conjunto dos eventos políticos tenderia a uma velocidade de tempo sempre caracterizada pela “curta duração”, enquanto que o tempo da demografia ou das mentalidades seria um tempo necessariamente mais longo? A idéia de que cada

área particular de fenômenos ou acontecimentos apresenta a sua própria “lógica imanente”, terminando por amarrar todos os acontecimentos e processos de mesmo tipo em um único padrão de velocidades temporais, parece estar na base das reflexões de Sigmund Krakauer em seu estudo sobre o “Tempo Histórico e Filosófico” (1966, p.56-58). Diante desta e de outras proposições, pode-se então perguntar se uma história atenta às temporalidades múltiplas deveria ser construída mais como uma arquitetura que harmoniza os diversos andares de um belo edifício, ou como uma sofisticada composição musical que expõe os seus temas sonoros sob a forma de uma polifonia de muitas vozes, defasadas umas em relação às outras.

As várias perguntas acima propostas não têm obviamente uma resposta consensual entre filósofos e historiadores. Braudel, em especial a obra *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Philippe II* (1949), tendeu a compor uma bela arquitetura de durações, através da qual todos os ritmos temporais, por mais distintos e singulares que sejam, terminam por se encaixar em um vigoroso edifício. Ou pelo menos essa foi a sua intenção expressa. Julio Aróstegui, por outro lado, ao comentar a questão dos “tempos diferenciais da sociedade” (2006, p.346), critica a associação de um único tipo de duração a certos espaços de temporalidade. Para o historiador espanhol, pode-se pensar perfeitamente em fatos econômicos de curta duração ou fatos políticos de longa duração. De todo modo, há em muitas das modernas correntes historiográficas uma tendência a perceber cada uma das grandes áreas das atividades sociais – elas mesmas sujeitas à discussão – como dotadas de uma lógica própria de mudança, de uma velocidade de tempo mais recorrente.

Às noções e conceitos de “temporalidade” e “duração” podemos acrescentar outras. Dentro da idéia de “devir histórico”, de um tempo que sugere è percepção

humana ininterrupto movimento, o “evento” (acontecimento) se opõe às idéias de “processo” e de “estrutura”. Surge, certamente, uma prática historiográfica relacionada ao evento, e outra relacionada à estrutura, notando-se que o historiador deverá se valer necessariamente das duas, já que o tempo histórico a ele se apresenta sob a forma de sequências de eventos, estruturas e processos. Tal como assevera Koselleck em *Futuro Passado*, pode-se partir da diretriz de que o evento (uma sucessão de eventos) só pode ser narrado; e de que a estrutura só pode ser descrita (KOSELLECK, 2006, p.133). A análise de um “processo”, de certo modo, traz um pouco das duas práticas. Enfim, é preciso sempre considerar que o tempo não se apresenta à compreensão humana apenas como “devir” (como algo que se movimenta e traz transformações), mas também como “extensão” (isto é, como algo que perdura). Uma determinada “extensão” ou período de tempo, ao ser comparada com períodos anteriores, tanto parece introduzir mudanças como re-atualizar permanências, e é daqui que surgem as idéias de “ruptura”, “continuidade”, “descontinuidade”.

Se, para o olhar que examina certo ‘devir histórico’ nos limites de determinada ‘extensão de tempo’, as permanências parecem sobressair em detrimento das mudanças, pode-se começar a falar em uma “estrutura”, ou em qualquer outra metáfora que evoque a unidade. Se as mudanças sobressaem, e parecem se encadear ou se articular de modo compreensível, pode-se falar em “processo”. Tanto a permanência estrutural como o processo gradual podem gerar a sensação de “continuidade”; de modo inverso, mudanças radicais podem reforçar a sensação de “ruptura”. O historiador que compara extensões de tempo deve estar pronto para perceber tanto continuidades, como rupturas e descontinuidades. Isto porque o mundo humano apresenta-nos um tecido muito complexo, crivado de

continuidades, rompimentos e recomeços (no limite, há autores que só percebem um caótico universo de descontinuidades na aventura humana).

Situados estes conceitos laterais, nosso objetivo, a seguir, será o de nos aproximarmos um pouco mais da compreensão mais direta sobre o conceito de Tempo, e do que este representa para o trabalho historiográfico. Consideraremos antes de tudo uma primeira divisão mais geral que tem sido evocada por aqueles que abordaram o Tempo com vistas a uma compreensão deste que é o elemento fundamental e irredutível do próprio ofício historiográfico. Seria o Tempo um elemento externo ao Homem, ou uma Criação dele?

O tempo externo e o tempo interno

Os antigos filósofos gregos, bem como inúmeros outros pensadores para os quais a medição do tempo tornava-se imperativa, tendiam a considerar o Tempo como exterior, como um movimento dos astros. É assim que, da poética definição que Platão nos dá do Tempo no diálogo *Timeu*, evocando-o como uma “imagem móvel da eternidade”, ao operacional conceito que é encaminhado por Aristóteles no livro IV de sua *Física*, ao abordar o tempo como “número do movimento em relação ao antes e ao depois”, temos aqui definições diversas que situam o Tempo em uma instância externa ao homem. Denominaremos a este primeiro modelo de Tempo, que o situa fora do homem e do mundo humano, como “Tempo Físico”. Isto porque este modelo de tempo externo é não apenas o de Aristóteles ou Platão, mas também o tempo dos físicos modernos.

Santo Agostinho (354-430), contudo, que em um primeiro momento queixa-se do desafio de definir o Tempo evocando-o como “aquilo que se sabe, mas não se consegue dizer”, incorpora no livro XI de suas *Confissões*, particularmente no trecho **e-hum**, Belo Horizonte, Vol.4, N.1, pp.01-18 (2011). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

10-27, o outro lado da questão: o Tempo seria Interno, uma experiência humana, uma espécie de “movimento da alma”. Ele o delinea mais propriamente como uma tríplice presença: “presença do Passado, como memória; presença do Presente, como visão; presença do futuro, como expectativa”. O Tempo Presente, enfim, é apresentado como extensão da alma humana (*distentio animi*). Este novo campo de concepção do tempo como interno ao Homem ou ao mundo humano, já havia na verdade sido abordado por Plotino (205-270), que concebia o tempo como “alma em movimento, quando passa de um estado ou ato de experiência a outro”. Assim, com Plotino, e mais tarde com Santo Agostinho, o tempo passa do movimento dos astros ao movimento da Alma. A este modelo de Tempo, interior e intrinsecamente ligado à experiência humana, chamaremos de “Tempo Filosófico”.

Uma vez que a História é, na sua instância mais irredutível, um estudo do mundo humano, a abordagem interna do tempo mostra-se imprescindível aos historiadores. Mas, uma vez que entre as tarefas destes mesmos historiadores está a de situar os eventos uns em relação aos outros, em sucessão ou simultaneidade, e que para tal operação torna-se fundamental uma datação segura e confiável, também a História não pode deixar de lidar com o tempo externo, lançando-se aqui mão de mediadores como o calendário, a contagem de gerações. De todo modo, a relação entre o tempo e a experiência humana, evocada nas *Confissões* de Santo Agostinho, tornou-se tão fundamental para que se pudesse pensar mais tarde um terceiro tempo, encaminhado pela História, que filósofos e historiadores partem freqüentemente de suas divagações, antes de adentrar questões mais específicas da temporalidade histórica. Assim, o viés agostiniano seria mais tarde considerado por Paul Ricoeur em suas propostas para compreender a relação entre *Tempo e Narrativa Histórica*. Vale lembrar ainda, para acompanhar as proposições de

Koselleck, que há também mediações possíveis entre o Tempo Físico da natureza ou dos astros e o Tempo Filosófico da alma e do mundo humano. Koselleck cita entre estas mediações o Calendário e a Genealogia. O primeiro, o Calendário, busca estabelecer uma mediação entre o tempo dos astros e o mundo humano, enquadrando este em um tempo relacionado ao movimento dos corpos celestes (e existirão muitos tipos de calendários, já que há vários corpos celestes e movimentos de corpos celestes que podem ser tomados como referências). O segundo recurso – o das Genealogias – busca estabelecer uma relação entre o tempo da natureza, no caso o tempo biológico, e o mundo humano, medindo a experiência humana através da sucessão de gerações. Naturalmente que, tal como atesta Whitrow (1988), a História Humana esta repleta de sistemas vários para a construção de calendários, de cronologias de sistemas para datar a História. Através do Calendário, mas também da Cronologia, da Genealogia, do registro da sucessão de gerações humanas, abre-se a possibilidade de que seres humanos concretos, com suas ações, sejam de algum modo inscritos no movimento repetitivo dos astros, das estações e em outros movimentos presentes na natureza – esboçando-se aqui uma forma de conciliação entre o “tempo externo” da medição cronológica e o “tempo interno” das vivências sociais e humanas. Estas mediações são obviamente bastante complexas, e um mesmo e único tempo cronológico podem corresponder distintos tempos internos, tal como já observamos para o caso das “durações” (aspectos que mudam menos ou mais lentamente). Algumas destas questões são abordadas sistematicamente por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (1982-1983), obra à qual voltaremos oportunamente.

Se abordar o Tempo em seus aspectos meramente externos, ou nos fatores que se relacionam às operações de mediação, constitui uma operação de

considerável complexidade, tomar o 'Tempo' em sua dimensão subjetiva, humana, dependente da experiência vivida, acarreta ainda muito mais problemas. Esta operação, contudo, é de alguma maneira incontornável pela Historiografia, uma vez que o Tempo do Historiador é em última instância uma construção – deste mesmo historiador, mas também de uma sociedade e de uma tradição que o envolve, e com a qual este necessariamente deve se relacionar. Há estudos, por exemplo, que buscam contrastar grandes sistemas de percepção e elaboração da História ou da Memória Coletiva a partir da contraposição dos modos como determinadas sociedades compreenderam, construíram ou representaram para si mesmas o Tempo. É já um debate clássico, por exemplo, aquele que opõe a temporalidade cíclica da Antiguidade Pagã – ou ainda o *Tempo do Mito* em diversas outras sociedades, tão bem estudado por Claude Lévi-Strauss no artigo de mesmo nome (1991) – e o tempo linear judaico-cristão, este último instituidor de um modo de pensar a passagem do tempo que teria fortalecido o próprio padrão historiográfico-temporal que se impõe no Ocidente.

O Fio e a Trama: Paul Ricoeur

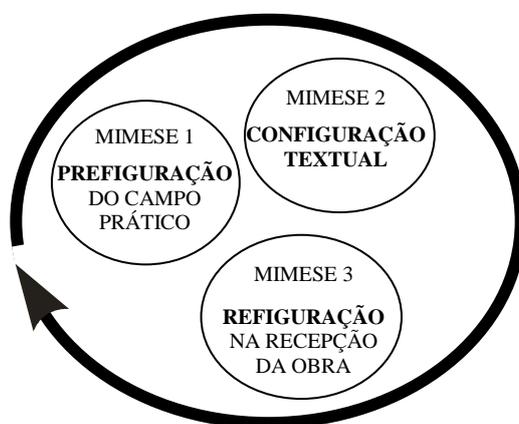
Outra aporia fundamental para compreender a relação entre Tempo e História é aquela que confronta o 'tempo da ação' e o 'tempo da narrativa'. Com o 'tempo da ação' estamos no universo que se refere aos "Fios" que enredam a própria história efetiva, e com o 'tempo da narrativa' estamos já no âmbito deste Tempo que é *Trama*, para tomar emprestado do filósofo Ivan Domingues esta feliz metáfora que ilumina este segundo Tempo que surge na operação historiográfica como construção ou artefato literário. Ou seja, considerando que o historiador extrai os

seus materiais da História Efetiva, e os reordena para compor a sua História-Conhecimento, impõe-se aqui um incontornável confronto entre o ‘tempo dos eventos’ ou ‘tempo do vivido’, intrincado emaranhado de fios com o qual o historiador se depara, e o ‘tempo da narrativa’, com o qual o historiador terá de lidar já como autor que precisa configurar um texto historiográfico.

A mais arguta proposta de enfrentamento em relação à crise trazida pela ruptura entre Tempo e Conhecimento Histórico foi trazida por Paul Ricoeur (1913-2005). François Dosse chega a parodiar o título de um artigo em que Paul Veyne havia afirmado que “Foucault revoluciona a História” (1978), para afirmar de sua parte que “Paul Ricoeur revoluciona a História” (DOSSE, 2001, p.71-101). Uma das principais contribuições de Paul Ricoeur está na reconciliação entre Tempo e Narrativa Histórica, sendo este o título de um de seus principais livros. O seu objeto nesta obra é precisamente a relação entre “tempo vivido” e “narração” – ou, dito de outra maneira, entre “experiência” e “consciência”. Em Ricoeur, a Ciência Histórica é simultaneamente lógica e temporal, de modo que surge com ele a possibilidade de integrar dialeticamente aspectos que antes pareceram inconciliáveis: o tempo estrutural dos Annales e o tempo vivido do historicismo apoiado na narrativa. A inteligibilidade histórica, certamente necessária tal como haviam proposto os annalistas, não poderia, destarte, excluir o vivido. O conhecimento histórico teria um caráter lógico e estético, mas, ao mesmo tempo, na interação dialética entre o vivido e o lógico estaria o fundamento de uma História satisfatória e útil à vida. Privilegiar o Vivido contra o Lógico, ou vice-versa, conduziria a uma história insatisfatória. Devolvida à própria Vida, de onde saíra, a História, recusando-se a se afirmar como atividade puramente intelectual, deveria buscar “ensinar a viver”. Esta integração

entre a experiência sublunar – o “vivido” – e a Lógica, expressa através da construção da intriga, deveria constituir a base essencial do trabalho do historiador.

Na operação historiográfica, esta interação entre vivência e reconhecimento estabelece-se em três momentos, que Ricoeur denomina mimeses 1, 2 e 3: (1) a *prefiguração* do campo prático; (2) a *configuração* textual deste campo (que coincide com o texto construído como Intriga pelo historiador); e, por fim, (3) a *refiguração* pela recepção da obra (este último aspecto envolve a papel recriador do leitor que apreende a narrativa historiográfica).



Quanto à ‘mimese 1’, que corresponde à ‘prefiguração do campo prático’ – universo vivido no qual se agitam as ações e sentimentos humanos – ela contém já uma pré-narrativa, ou pré-narrativas possíveis que podem e precisam ser apreendidas pelo historiador-autor, e ao mesmo tempo já contém em si mesma elementos que permitirão ao leitor, na experiência recriadora da ‘mimese 3’, compreender e identificar-se com o vivido prefigurado. Desta maneira, o vivido, no seu estado prefigurado, autonarra-se de alguma maneira, pois contém possibilidades e virtualidades narrativas dentro de si.

Com relação à configuração textual – ou à Intriga construída pelo historiador (mimesis 2) – alguns aspectos se depreendem. Uma primeira função da mimese 2

(isto é, do texto do historiador) é ligar eventos separados em um todo compreensível. Para tal, a Intriga irá estabelecer uma configuração lógica, e não uma sucessão cronológica (o que, desde já, opõe a narrativa historiográfica proposta por Ricoeur à narrativa historizante dos historiadores factuais que haviam sido criticados pelos Annales na década de 1930). Para além disto, o tempo constituído pela Intriga não prescinde de realizar uma síntese, um acordo ou uma reconfiguração que abarca o tempo cronológico da sucessão episódica e o submete à ordenação lógica, o tempo narrativo propriamente dito, que deverá se organizar em “Início”, “Meio” e “Fim”. Uma vez que a ‘mimesis 2’ clama pela reapropriação do leitor (que se dará na mimese 3), o historiador-autor deverá assegurar a inteligibilidade e receptividade do seu texto valendo-se de formas narrativas consagradas pela sua tradição cultural.

Aspecto igualmente importante nas proposições de Ricoeur é o papel do Receptor – o leitor da intriga historiográfica – o que o aproxima em alguma medida das teorias de recepção e outras correntes da análise comunicacional que recolocam o leitor de um texto em um lugar re-criador. O momento em que se dá esta convocação do leitor, na tríade ricoeuriana, é a ‘mimese 3’. Um papel importante para o leitor afirma-se aqui. A narrativa histórica apresenta um elemento de controle do seu potencial ficcional não apenas através da documentação que serve de base ao trabalho do historiador, mas também através do leitor que permite que a História retorne ao vivido – aspecto fundamental nas proposições ricoeurianas. A refiguração – reinvenção da Intriga – é assim produzida pelo receptor da obra historiográfica, que se vê elevado a uma posição de co-autor. Através da apropriação da Intriga, o leitor constrói a sua identidade por contraste com a identidade de outros, estabelece reconhecimentos, compara situações com a sua

própria experiência vivida, elabora uma “visão” de si mesmo, do mundo e do outro, de suas relações recíprocas. Desta maneira, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela Intriga. A Narrativa adquire precisamente o seu sentido pleno na intersecção entre o “Mundo do Texto” e o “Mundo do Leitor”. O Mundo Lógico do Texto, ofertado pela mimese 2, e o Mundo Vivido da mimese 1 (na verdade um vivido que já podia ser pré-compreendido pelo Leitor em sua própria vivência), produzem esse espaço de intersecção que se oferece à recriação leitora na ‘mimese 3’. É desta maneira que se pode dizer que a narrativa histórica parte do vivido e retorna a este mesmo vivido.

As relações entre futuro e passado: Koselleck

A contribuição de Reinhart Koselleck (1923-2006) para a compreensão do Tempo Histórico – considerado sob a perspectiva de um “tempo múltiplo” – é particularmente interessante, pois ele a enriquece com conceitos bastantes operacionáveis. Para ele, trata-se de perceber, fundamentalmente, como, em cada Presente, as instâncias do Passado e do Futuro são postas em relação. De fato, a hipótese de trabalho fundamental do conjunto de ensaios reunidos em *Passado Futuro*, publicados originalmente por Koselleck em 1979, o que pode ser chamado de “tempo histórico” constitui-se precisamente no processo de determinação da distinção entre Passado e Futuro (1979, p.16). Os conceitos fundamentais, que permitem compreender o papel fundamental do Passado e do Futuro na vida humana, são os de “campo da experiência” (o Passado), e “horizonte de espera” (o Futuro). Koselleck parte do pressuposto de que a atualização do Passado (a experiência) e a atualização do Futuro (a espera) são presenças sentidas de modo

fundamentalmente diferente pelo humano. Mais ainda, torna-se particularmente importante compreender não apenas o Passado ou o Futuro em si mesmos, mas a relação entre ambos enquanto “campo da experiência” e “horizonte de espera”, a sua assimetria, o recobrir-se ou não de um pelo outro, o encurtamento de um para dar espaço à expansão do outro, a tensão entre estes dois pólos a partir de cada presente.

Desta maneira, um certo número de relações possíveis entre as três instâncias – Passado, Presente e Futuro – pode caracterizar um determinado tipo de percepção social do tempo: em alguns contextos sociais o Passado pode se solidarizar com o Presente contra o Futuro, ou, inversamente, o Presente pode se solidarizar com o Futuro contra o Passado, tal como ocorre sob a perspectiva revolucionário. Assimetrias diversas e de tamanhos variáveis entre as três instâncias da temporalidade podem se acrescentar à constituição de um padrão de percepção social do tempo: o passado que se alonga extensamente em detrimento do futuro (ampliação do “campo de experiência” em detrimento do “horizonte de espera”), ou o futuro que se percebe como extenso em detrimento do Passado. Se desaparece, no limite, a assimetria entre passado e futuro, chega-se à abolição da historicidade, por vezes a uma história imóvel que se tornou apenas simultaneidade.

O ponto de partida desta proposição teórica desenvolvida por Koselleck é o de que a relação entre Passado e Futuro – ou entre “campo da experiência” e “horizonte de espera” – varia de acordo com o momento na história da vida de um indivíduo, de uma sociedade, de certa corrente cultural, de uma determinada prática. A apreensão do tempo, avaliável em termos da relação entre “campo da experiência” e “horizonte de espera”, modifica-se na própria passagem do tempo. O exemplo mais clássico, evocado de passagem pelo próprio Koselleck, pode ser dado

com a própria vida de um indivíduo, que na sua infância, juventude, maturidade ou velhice, pode perceber o Passado e o Futuro (e a sua relação) de modos muito diferenciados. Assim, ao habitar o mesmo indivíduo um novo presente, a relação entre Passado e Futuro transmuda-se. Koselleck busca examinar situações como esta, mas já se referindo a sociedades.

Conclusões

No início deste artigo, discutimos alguns conceitos relacionados à idéia de “Tempo”. Se a própria noção de tempo é sempre um enigma filosófico, no sentido de que o tempo mais deixa se apreender através da experiência do que se explicar pela razão, existem, todavia, vários conceitos afins que podem se tornar operacionais para as ciências humanas. No caso da História, um campo de saber que faz do tempo a sua matéria primordial, mostra-se essencial o conceito de “Temporalidade” (com as concomitantes instâncias de “passado”, “presente” e “futuro”), assim como as noções de “Duração”, “Permanência”, “Sincronia” (simultaneidade), “Diacronia” (sucessão), “Evento”, “Processo”, “Estrutura”. Este conjunto de noções já constitui um quadro conceitual particularmente importante para a História, e a sua incorporação às próprias reflexões sobre o fazer histórico tem sido beneficiada nas últimas décadas por novas perspectivas sobre as relações entre Tempo e História. As contribuições de Paul Ricoeur e Reinhart Koselleck, discutidas neste artigo, representam momentos relevantes em uma reflexão historiográfica que tem buscado compreender tanto a relação do tempo com a história escrita, como as relações do tempo com a história vivida.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. “Elevações sobre os Mistérios” In *Confissões*. Livro XI. Petrópolis: Vozes, 2005, 20ª Edição.
- ARISTOTELES. *Física*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A Pesquisa Histórica – teoria e método*. Bauru: EDUSC, 2006 [original: 1995]
- BERGSON, Henri. *Memoria y Vida – textos escogidos por Giles Deleuze*. Madrid: Alianza, 1987.
- BRAUDEL, Fernando. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. [*La Méditerranée et le monde méditerranée à l'époque de Philippe II*. Paris: A.Colin, 1949. 3 vol]
- COMTE-SPOMVILLE, André. *O Ser-Tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- DOMINGUES, Ivan. *O fio e a trama – reflexões sobre o Tempo em História*. Belo Horizonte: UFMG/Illuminuras, 1996.
- DOSSE, François. “Paul Ricoeur revoluciona a História” in *A História à prova do Tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.
- HEIDEGGER. *O Conceito de Tempo*. Cadernos de Tradução n°2 – Departamento de Filosofia, USP, p.36-ss. [conferência de 1924]
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979].
- KRAKAUER. S. Historical and Philosophical Time. *History and Theory*, 1966, n°6. p71-ss.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Le temps du mithe. *Annales ESC*. N°3/4. mai/août 1971. 533 ss.
- RICOEUR, Paul *Temps et Récit*. Paris: Seuil: 1983/1985 [*Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papirus, 1994].
- POMIAN, Krysztof. *L'ordre du temps*. Paris: Gallimard, 1984 [*El orden del tiempo*. Madrid: Júcar, 1990].
- WHITROW, G. J. *O Tempo na História – concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993 [original: 1988].